



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 01/03/2017	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80012 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9A.REGIAO
ÓRGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat. Direitos de Uso de Imóveis Direitos de Uso de Imóveis (-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis (-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis Diferido	- - - - -	- - - - -			
TOTAL DO ATIVO	344.006.049,42	415.919.928,51	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	344.006.049,42	415.919.928,51

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	20.509.109,39	34.045.494,31	PASSIVO FINANCEIRO	16.328.214,56	29.404.305,87
ATIVO PERMANENTE	323.496.940,03	381.874.434,20	PASSIVO PERMANENTE	85.794.407,07	97.632.974,66
			SALDO PATRIMONIAL	241.883.427,79	288.882.647,98

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	51.748.355,93	46.765.926,59	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	7.918.702,81	14.012.490,98
Execução dos Atos Potenciais Ativos	51.748.355,93	46.765.926,59	Execução dos Atos Potenciais Passivos	7.918.702,81	14.012.490,98
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	51.748.355,93	46.765.926,59	Obrigações Contratuais a Executar	7.918.702,81	14.012.490,98
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	51.748.355,93	46.765.926,59	TOTAL	7.918.702,81	14.012.490,98

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-904.823,97
Recursos Vinculados	5.085.718,80
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	5.085.718,80
TOTAL	4.180.894,83



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMIÇÃO 01/03/2017	PÁGINA 1
----------------------	-------------

SUBTÍTULO	80012 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9A.REGIAO
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO
----------------	-----------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.262.652.920,40	1.175.581.792,09
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	38.870.086,90	38.501.376,54
Impostos	-	-
Taxas	38.870.086,90	38.501.376,54
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	437.460,39	6.395.325,35
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	437.460,39	6.395.325,35
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	71.059,78	69.970,29
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	19.148,69	4.766,47
Variações Monetárias e Cambiais	51.911,09	65.203,82
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	942.644.354,85	911.972.266,95
Transferências Intragovernamentais	913.505.167,88	891.585.545,14
Transferências Intergovernamentais	28.029.553,60	20.383.765,72
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.109.633,37	2.956,09
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	274.643.172,18	202.166.287,27
Reavaliação de Ativos	84.869.953,52	78.699.237,08
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	154.942.502,50	4.896.227,13
Ganhos com Desincorporação de Passivos	34.830.716,16	118.570.823,06
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	5.986.786,30	16.476.565,69
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	80012 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9A.REGIAO
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO
----------------	-----------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	2.381.822,88	1.504.550,44
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	3.604.963,42	14.972.015,25
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.310.888.642,02	1.131.408.249,28
Pessoal e Encargos	679.858.805,80	682.509.955,91
Remuneração a Pessoal	518.154.706,66	524.902.039,56
Encargos Patronais	94.135.590,34	93.518.113,19
Benefícios a Pessoal	65.954.056,63	62.818.793,07
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	1.614.452,17	1.271.010,09
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	160.298.350,68	151.720.063,56
Aposentadorias e Reformas	139.411.458,85	132.262.446,06
Pensões	20.762.672,79	19.318.612,46
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	124.219,04	139.005,04
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	82.060.728,78	78.957.557,14
Uso de Material de Consumo	1.782.804,15	1.983.067,77
Serviços	66.663.172,65	63.913.598,46
Depreciação, Amortização e Exaustão	13.614.751,98	13.060.890,91
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	114,60
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	114,59
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	0,01
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	50.567.873,95	45.821.040,42
Transferências Intragovernamentais	48.549.271,51	44.145.562,85
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	2.018.602,44	1.675.477,57
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	335.511.415,14	169.701.221,54
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	90.184.765,88	25.694.511,38
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	107.719,88	18.470,12
Incorporação de Passivos	24.042.890,63	115.923.272,20
Desincorporação de Ativos	221.176.038,75	28.064.967,84



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	80012 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9A.REGIAO
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO
----------------	-----------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Tributárias	2.330.738,42	1.783.959,97
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	15.653,27	41.920,27
Contribuições	2.315.085,15	1.742.039,70
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	260.729,25	914.336,14
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	260.729,25	914.336,14
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-48.235.721,62	44.173.542,81

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/03/2017 PAGINA 1

SUBTÍTULO 80012 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/03/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 80012 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobilária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobilária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DÉFICIT	-	-	937.315.287,70	937.315.287,70
TOTAL	-	-	937.315.287,70	937.315.287,70
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	37.498.430,00	37.498.430,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	5.084.000,00	5.084.000,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	31.146.430,00	31.146.430,00	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	1.268.000,00	1.268.000,00	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	856.721.727,00	942.616.855,00	918.471.123,81	908.929.598,86	908.921.578,58	24.145.731,19
Pessoal e Encargos Sociais	733.118.336,00	779.409.845,00	787.493.297,19	783.478.229,25	783.478.229,25	-8.083.452,19
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	123.603.391,00	163.207.010,00	130.977.826,62	125.451.369,61	125.443.349,33	32.229.183,38
DESPESAS DE CAPITAL	2.263.590,00	19.013.590,00	18.844.163,89	15.018.212,11	15.017.116,06	169.426,11
Investimentos	2.263.590,00	19.013.590,00	18.844.163,89	15.018.212,11	15.017.116,06	169.426,11
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	19.292.307,00	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	878.277.624,00	961.630.445,00	937.315.287,70	923.947.810,97	923.938.694,64	24.315.157,30
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobilária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobilária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/03/2017 PAGINA 3

SUBTÍTULO 80012 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	878.277.624,00	961.630.445,00	937.315.287,70	923.947.810,97	923.938.694,64	24.315.157,30
TOTAL	878.277.624,00	961.630.445,00	937.315.287,70	923.947.810,97	923.938.694,64	24.315.157,30

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	2.626.056,02	16.741.308,20	16.882.794,52	16.882.794,52	1.654.411,11	830.158,59
Pessoal e Encargos Sociais	1.451.863,17	3.035.084,11	2.942.568,71	2.942.568,71	973.053,39	571.325,18
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.174.192,85	13.706.224,09	13.940.225,81	13.940.225,81	681.357,72	258.833,41
DESPESAS DE CAPITAL	554.298,00	8.958.921,30	7.305.097,73	7.305.097,73	249.849,93	1.958.271,64
Investimentos	554.298,00	8.958.921,30	7.305.097,73	7.305.097,73	249.849,93	1.958.271,64
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	3.180.354,02	25.700.229,50	24.187.892,25	24.187.892,25	1.904.261,04	2.788.430,23

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	127.488,08	326.337,71	324.326,82	-	129.498,97
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	127.488,08	326.337,71	324.326,82	-	129.498,97
DESPESAS DE CAPITAL	9.705,30	20.623,28	706,80	-	29.621,78
Investimentos	9.705,30	20.623,28	706,80	-	29.621,78
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	137.193,38	346.960,99	325.033,62	-	159.120,75



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/03/2017 PAGINA 1

SUBTÍTULO 80012 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	937.315.287,70	919.965.586,98
Ordinárias	-	-	Ordinárias	763.650.025,17	728.314.673,21
Vinculadas	-	-	Vinculadas	173.665.262,53	191.650.913,77
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	141.912.172,64	126.170.209,00
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	31.753.089,89	65.480.704,77
Transferências Financeiras Recebidas	913.505.167,88	891.585.545,14	Transferências Financeiras Concedidas	46.167.448,63	44.145.562,85
Resultantes da Execução Orçamentária	910.980.254,32	887.313.099,42	Resultantes da Execução Orçamentária	962.900,00	-
Sub-repasse Recebido	910.980.254,32	887.313.099,42	Sub-repasse Concedido	962.900,00	-
Independentes da Execução Orçamentária	2.524.913,56	4.272.445,72	Independentes da Execução Orçamentária	45.204.548,63	44.145.562,85
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	503.906,88	3.614.172,41	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	1.038.880,26	-
Demais Transferências Recebidas	991.132,07	299.628,44	Movimento de Saldos Patrimoniais	44.165.668,37	44.145.562,85
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.029.874,61	358.644,87	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	81.017.898,46	99.594.019,84	Despesas Extraorçamentárias	24.576.617,84	21.274.805,95
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	9.116,33	346.960,99	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	325.033,62	806.176,13
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	13.367.476,73	25.700.229,50	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	24.187.892,25	20.159.171,90
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	63.691,97	308.996,33	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	63.691,97	308.996,33
Outros Recebimentos Extraorçamentários	67.577.613,43	73.237.833,02	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	461,59
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	2.096,31	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	461,59
Arrecadação de Outra Unidade	67.525.198,14	73.229.959,82			
Valores para Compensação	97,09	144,48			
Demais Recebimentos	50.221,89	7.728,72			
Saldo do Exercício Anterior	34.045.397,22	28.251.788,02	Saldo para o Exercício Seguinte	20.509.109,39	34.045.397,22
Caixa e Equivalentes de Caixa	34.045.397,22	28.251.788,02	Caixa e Equivalentes de Caixa	20.509.109,39	34.045.397,22
TOTAL	1.028.568.463,56	1.019.431.353,00	TOTAL	1.028.568.463,56	1.019.431.353,00



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

SUBTÍTULO	80012 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9A.REGIAO
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO
----------------	-----------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	8.783.632,76	20.827.908,24
INGRESSOS	981.144.376,97	965.132.374,49
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	981.144.376,97	965.132.374,49
Ingressos Extraorçamentários	63.691,97	308.996,33
Transferências Financeiras Recebidas	913.505.167,88	891.585.545,14
Arrecadação de Outra Unidade	67.525.198,14	73.229.959,82
Valores para Compensação	97,09	144,48
Demais Recebimentos	50.221,89	7.728,72
DESEMBOLSOS	-972.360.744,21	-944.304.466,25
Pessoal e Demais Despesas	-829.307.296,65	-805.649.468,68
Legislativo	-	-
Judiciário	-664.148.347,93	-652.415.144,31
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-157.574.341,12	-147.349.177,36
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSÃO 27/02/2019	PÁGINA 2
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	80012 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9A.REGIAO
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO
----------------	-----------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-7.586.703,91	-5.884.685,42
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	2.096,31	-461,59
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-96.822.306,96	-94.200.438,39
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-96.822.306,96	-94.200.438,39
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-46.231.140,60	-44.454.559,18
Dispêndios Extraorçamentários	-63.691,97	-308.996,33
Transferências Financeiras Concedidas	-46.167.448,63	-44.145.562,85
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-22.319.920,59	-15.034.299,04
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-22.319.920,59	-15.034.299,04
Aquisição de Ativo Não Circulante	-18.623.319,35	-12.837.644,24
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-3.696.601,24	-2.196.654,80
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 27/02/2019 PAGINA 3

SUBTÍTULO 80012 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-13.536.287,83	5.793.609,20
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	34.045.397,22	28.251.788,02
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	20.509.109,39	34.045.397,22



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO

Em conformidade com a NBC T 16.9, publicada pela Resolução CFC nº 1.136/2008, esta Unidade Prestadora de Contas iniciou, em novembro de 2009, o registro da depreciação dos itens do Imobilizado, bem como da amortização de Intangíveis.

Em 2014 foram alterados os prazos de vida útil econômica e taxas anuais de depreciação de alguns bens móveis, em conformidade com o disposto no item 27 da macrofunção 02.03.30 do Manual Siafi Web, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

No exercício de 2016 os critérios acima descritos foram mantidos e os registros foram efetuados conforme a tabela abaixo:

Conta	Descrição	Prazo de Vida Útil	Taxa Anual de Depreciação	Valor Residual
12311.01.01	Aparelhos de medição e orientação	15 anos	6,66%	10%
12311.01.02	Aparelhos e equipamentos de comunicação	10 anos	10%	20%
12311.01.03	Equipamentos/utensílios méd. odont. labor. hospitalares	15 anos	6,66%	20%
12311.01.05	Equipamentos de proteção, segurança e socorro	10 anos	10%	10%
12311.01.07	Máquinas e equipamentos energéticos	10 anos	10%	10%
12311.01.08	Máquinas e equipamentos gráficos	15 anos	6,66%	10%
12311.01.09	Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	10 anos	10%	10%
12311.01.12	Equipamentos, peças e acessórios para automóveis	5 anos	20%	10%
12311.01.21	Equipamentos hidráulicos e elétricos	10 anos	10%	10%
12311.01.25	Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	10 anos	10%	10%
12311.01.99	Outras máquinas, equipamentos e ferramentas	10 anos	10%	10%
12311.02.01	Equipamentos de processamento de dados	5 anos	20%	10%
12311.03.01	Aparelhos e utensílios domésticos	10 anos	10%	10%
12311.03.02	Máquinas e utensílios de escritório	10 anos	10%	10%
12311.03.03	Mobiliário em geral	10 anos	10%	10%
12311.04.02	Coleções e materiais bibliográficos	10 anos	10%	0%
12311.04.05	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	10 anos	10%	10%
12311.04.06	Obras de arte e peças para exposição	-	-	-
12311.05.01	Veículos em geral	15 anos	6,66%	10%



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

12311.05.03	Veículos de tração mecânica	15 anos	6,66%	10%
12311.99.09	Peças não incorporáveis a imóveis	10 anos	10%	10%
	Intangível	5 anos	20%	20%

Para fins de Depreciação e Amortização dos elementos registrados no Imobilizado e no Intangível foram utilizados os métodos linear e de quotas constantes, respectivamente. Com relação aos valores residuais, para os bens tangíveis foram aplicadas as taxas estipuladas no item 27, macrofunção 02.03.30, Manual Siafi Web, e para os intangíveis adotou-se como critério a mesma taxa de amortização aplicada sobre o custo de aquisição do bem.

Os bens imóveis foram depreciados em 2016 por meio de processo automático de registro, com base nas informações constantes do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União– SPIUNET.

MENSURAÇÃO ATIVOS E PASSIVOS

Os critérios e procedimentos contábeis adotados na mensuração de ativos e passivos do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região foram os estabelecidos na NBC T 16.10, aprovada pela Resolução CFC nº 1.137/2008, bem como os pautados na Lei 4.320/64.

Foram obedecidas as regras estabelecidas no art. 106 da Lei 4.320/64, ou seja, os créditos e débitos foram avaliados pelo valor nominal, os bens móveis e imóveis pelo valor de aquisição ou custo de construção e os bens do almoxarifado pelo preço médio ponderado das compras, conforme demonstrado abaixo:

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e Equivalentes de Caixa

Os elementos estão demonstrados pelo valor original e representam os recursos disponíveis em 31/12/2016.

Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Os créditos a curto prazo representam os direitos realizáveis até o fim do exercício seguinte e estão demonstrados no Balanço Patrimonial pelos valores nominais.

Estoques

Os estoques de material de consumo são registrados pelo custo histórico de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, taxas e impostos. Para avaliação dos elementos que compõe os estoques é utilizado o preço médio ponderado das compras, de acordo com o art. 106 da Lei nº 4.320/64.

O método para mensuração e avaliação das saídas do almoxarifado é o custo médio ponderado, conforme item 16 da Resolução CFC nº 1.137/2008.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

Variações Patrimoniais Pagas Antecipadamente

Em 2016, em observância ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, esta UPC registrou as despesas antecipadas com a aquisição de jornais, revistas, periódicos, a contratação de seguros e a contratação de serviços, observando os princípios da competência e oportunidade.

As despesas antecipadas foram registradas por seu valor original e referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço ao TRT ocorrerão durante os exercícios seguintes. As despesas antecipadas são amortizadas à medida que incorridas ou realizadas.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Realizável a Longo Prazo

No ativo realizável a longo prazo estão registrados dois valores, sendo o primeiro depósito judicial relativo à ação ordinária 2008.70.00.011633-7/PR, em que são partes a União e servidor inativo. Os depósitos efetivados em conta judicial vinculada à citada ação foram registrados por seus valores originais.

Outro valor refere-se ao registro do aporte inicial, realizado pelo TST, a título de adiantamento de contribuições futuras para a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário - FUNPRESP-JUD. O saldo será baixado na medida em que ocorrer o ponto de equilíbrio pela FUNPRESP-JUD, ou seja, quando o montante inicial das receitas administrativas superar o montante das despesas administrativas no mesmo ano calendário.

O adiantamento à FUNPRESP-JUD foi registrado por seu valor original, e mensalmente é acrescida a este valor nominal a correção monetária, calculada com base no IPCA.

Imobilizado

A política contábil adotada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região para a classe dos bens móveis é o modelo custo, ou seja, após o reconhecimento como ativo, o item é evidenciado pelo custo menos a depreciação acumulada correspondente e redução ao valor recuperável, quando realizada.

Para os elementos do Ativo Imobilizado classificados como bens móveis, foi utilizado o valor de aquisição, incluindo os gastos adicionais ou complementares. Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro destes elementos do ativo imobilizado foram incorporados ao valor desse ativo quando se constatou a possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços, e para os bens imóveis em construção, o custo da construção.

Os bens imóveis incorporados ao patrimônio da União em utilização pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região foram avaliados pelo valor de mercado, deduzido da depreciação acumulada e obedecem aos seguintes critérios de avaliação, de acordo com a Secretaria do Patrimônio da União – SPU, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG e Manual do Sistema de Gerenciamento dos imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet e Manual Siafi Web macrofunção 02.11.07:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- As reavaliações dos imóveis cadastrados no sistema SPIUnet são realizadas pelo próprio sistema, levando em consideração as alterações que agregam valor ao patrimônio imobiliário; e
- Os valores das reavaliações são calculados pelo SPIUnet conforme critérios pré-definidos, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente pela Unidade Jurisdicionada.

Os bens móveis obtidos a título gratuito, incorporados ao ativo imobilizado do Tribunal, estão registrados com base em procedimento técnico de avaliação ou pelo valor definido nos termos da doação.

Intangíveis

Os intangíveis compreendem os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. Os bens intangíveis estão avaliados no balanço patrimonial com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada.

PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Os valores do Passivo Circulante, onde estão registradas as obrigações exigíveis até o fim do exercício seguinte, e Não Circulante, onde estão registradas as obrigações exigíveis após o término do exercício seguinte, estão apresentados pelo valor corrente.

O valor constante no Passivo Não Circulante está atualizado até 31/12/2016 e corresponde ao passivo decorrente do direito ao recebimento, por parte dos servidores, da Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI), pelo exercício de função para fins de incorporação de quintos/décimos, relativa ao período de abril de 1998 a dezembro de 2009, conforme art. 62-A da Lei 8.112/90 e Medida Provisória nº 2.225/2001. Tal direito encontra-se sob judice, tendo em vista que tramita no Supremo Tribunal Federal os Mandados de Segurança MS 25.763/DF e 25.845/DF, com efeitos suspensivos quanto ao pagamento, na via administrativa, da incorporação de quintos/décimos provenientes da MP nº 2.225/2001.

SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE

O Ato CSJT.GP.SG Nº 398, de 29 de outubro de 2013, criou o **Grupo de Trabalho de Custos – GT Custos** para realizar estudos técnicos com o objetivo de modelar, desenvolver e implantar o Sistema de Custos da Justiça do Trabalho. O GT Custos tem como membros dois servidores do CSJT, três servidores da Divisão de Contabilidade do TST e mais três servidores de TRT's, (1ª, 2ª e 8ª Regiões).

O Ato de criação do GT estabeleceu o prazo de um ano para a realização dos trabalhos, tendo sido esse prazo prorrogado por mais um ano, até 29 de outubro de 2015.

Ao longo de 2014 e 2015, foram realizadas diversas reuniões entre os integrantes do GT Custos, com servidores de diferentes unidades do Tribunal e de outros Órgãos, com vistas à concepção do Sistema de Custos para a Justiça do Trabalho.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

O GT Custos foi incumbido de implantar o projeto piloto do Sistema de Informação de Custos da Justiça do Trabalho - SIC-JT, no TST, o qual será disseminado nos demais tribunais trabalhistas, seguindo cronograma que está definido no Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho, a ser cumprido até o ano de 2020.

No Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2015-2020, disponível em <http://www.csjt.jus.br/plano-estrategico-da-justica-do-trabalho-2015-2020> está inserido como Objetivo Estratégico “Aperfeiçoar a gestão de custos - que refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias, de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos”.

O sistema de custos desenvolvido como piloto no TST e que será base para o desenvolvimento nos demais tribunais trabalhistas, tem como premissas básicas, dentre outras:

- Foco no custo do processo julgado;
- Segregação dos custos entre as três instâncias da JT (TST, Tribunais Regionais e Varas Trabalhistas);
- Departamentalização (centros de custos específicos agrupando as unidades administrativas das áreas meio e finalística);
- Método do custeio direto (especificamente sobre pessoal, depreciação e consumo de material);
- Segregação dos custos indiretos, sem rateio, em centros de custos específicos;
- Agregação de valor ao processo decisório.

Quanto à implantação do projeto-piloto do TST, foi elaborada a modelagem do sistema, onde os custos diretos devem ser alocados em centros de custos que identifiquem unidades administrativas. As diversas unidades administrativas foram aglutinadas em 32 centros de custos, que por sua vez foram aglutinados em quatro agregadores: Judicantes, Apoio Judiciário, Apoio Administrativo, Autônomos. A esses centros de custos são alocados os custos diretos de pessoal, incluindo benefícios pagos em folha, consumo de bens de estoque e depreciações de bens móveis, já apurados, mensalmente, desde julho de 2014, a partir dos sistemas estruturantes do TST (Sistemas de Folha de Pagamento, de Cadastro de Informações Funcionais, de Material e Patrimônio e de Almojarifado).

Com a colaboração da área de tecnologia da informação do TST, chegou-se em dezembro de 2014, à consolidação de um subsistema baseado na ferramenta *Business Objects*, elaborado a partir dos dados de sistemas estruturantes (Folha de Pagamentos, Sistema de Patrimônio e Sistema de Almojarifado), que os armazena em um banco de dados (*data warehouse*), permitindo a geração de informações dos custos diretos, por unidades administrativas, conforme centros de custos definidos na modelagem do sistema.

O tratamento para apuração e alocação dos custos diretos aos correspondentes centros de custos está sendo realizado com base no modelo conceitual estabelecido pela CCONT/STN, e de acordo com o banco de dados de cada sistema estruturante:

- **Folha de Pagamento** => os custos de pessoal estão sendo apurados com base nas rubricas da folha de pagamento de pessoal ativo, excluindo-se aquelas referentes a adiantamentos, pessoal cedido e exercícios anteriores, e são alocados observando-se a lotação de pessoal nas unidades administrativas, no mês de referência.
- **Sistema de Patrimônio** => os custos são alocados, pela apuração da depreciação dos bens móveis sob responsabilidade de cada unidade administrava, no mês de referência.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

▪ **Sistema de Almoarifado** => os custos são apurados e alocados pela soma dos valores das requisições de bens e do consumo imediato efetuados em cada unidade administrativa, no mês de referência.

Os relatórios emitidos com dados dos custos diretos das unidades administrativas do TST foram homologados no início de 2015, mediante a verificação da fidedignidade das suas informações, confrontando-as com as oriundas dos respectivos sistemas estruturantes e com as informações do SIAFI Operacional.

Com relação aos custos indiretos, serão apurados em 25 centros de custos, consolidados em dois agregadores, quais sejam: “Custos Gerais” e “Pessoal – Outros” (custos de pessoal não alocáveis diretamente). A apuração desses dados se dará a partir de consultas ao SIAFI e ao sistema de folha de pagamento. Até o momento não foram estabelecidos os critérios no TST para apuração desses dados.

O grupo de trabalho estudou a possibilidade de registro dos custos indiretos no SIAFI, com uso da aba “Centro de Custos”, constante dos documentos emitidos do subsistema Contas a Pagar e a Receber – CPR. Tal possibilidade ainda não foi posta em prática pois provocará impactos significativos nos processos operacionais de liquidação de pagamento da despesa, além de estarem pendentes de autorização por parte da Administração do TST.

Com vistas a dar continuidade à implementação do Sistema de Custos no âmbito da Justiça do Trabalho, o GT Custos propôs, em seu relatório final, apresentado em setembro de 2015, várias demandas à Administração do CSJT, conforme resumo a seguir:

- Homologação da primeira fase do sistema de custos desenvolvido no TST (custos diretos por unidade administrativa);
- Avaliação e decisão quanto à implementação da segunda etapa do sistema de custos do TST, que envolve a codificação dos centros de custos e a inserção nos sistemas do Governo Federal (SIAFI e SIC¹);
- Criação de comitê técnico de custos, composto por representantes de cada tribunal trabalhista, com a finalidade de coordenar a continuidade do projeto de implantação do sistema de custos em toda a Justiça do Trabalho;
- Desenvolvimento de solução de TI padronizada e compatível com o SIC, para toda a Justiça do Trabalho;
- Criação de estrutura administrativa para a operacionalização do sistema e para o gerenciamento de custos, no TST, no CSJT, e em cada Tribunal Regional do Trabalho, envolvendo, basicamente, alocação de pessoal, espaço físico e recursos tecnológicos e materiais.

Em 2015 o relatório do GT-Custos foi submetido à Administração do CSJT, e ainda encontra-se em fase de análise e homologação, com relação ao exercício de 2016. Até o presente momento não há estrutura formalizada responsável pela apuração e pelo gerenciamento de custos no âmbito da Justiça do Trabalho, assim, os dados gerados no sistema piloto ainda não estão sendo analisados, gerenciados ou divulgados. Dessa forma, ainda não é possível observar o impacto dessas informações na atuação da UPC ou no processo de tomada de decisão.

Os documentos relacionados ao trabalho desenvolvido pelo GT Custos, como participação em seminários e congressos, atas de reuniões e demais relatórios, estão inseridos no processo administrativo TST.502091/2013-4.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

FATORES RELEVANTES

Além dos assuntos tratados anteriormente, que são partes integrantes das notas explicativas às demonstrações contábeis, discorreremos a respeito dos seguintes aspectos, considerados relevantes:

Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2016, o TRT 9ª Região apresentou um saldo em aberto de R\$ 301.378,90 relacionados a obrigações de curto prazo.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros e entre circulante e não circulante.

Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.

	31/12/2016	31/12/2015	AH (%)
Circulante	301.378,90	266.797,56	12,96
Nacionais	301.378,90	266.797,56	12,96
Estrangeiros			
Não Circulante	0,00	0,00	0,00
Nacionais			
Estrangeiros			
Total	301.378,90	266.797,56	12,96

Fonte: SIAFI, 2016 e 2015.

A maior parte dos fornecedores e contas pagar do curto prazo se refere aos fornecedores nacionais, representando 100% do total a ser pago.

Fornecedores e Contas a Pagar.

	31/12/2016	AV (%)
Unidade Gestora 080012 - TRT 9ª Região	301.378,90	100,00
Total	301.378,90	100,00

Fonte: SIAFI, 2016.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se todos os fornecedores com saldo em aberto, na data base de 31/12/2016.

Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.

	31/12/2016	AV (%)
TATIANE WAGNER ARQUITETURA EIRELI - EPP	113.248,51	37,58
HEFER CONSTRUÇOES CIVIS LTDA - ME	107.411,04	35,64
MAX FACILITIES ELEVADORES LTDA - EPP	24.000,00	7,96
CONSTRUTORA SUDOESTE LTDA - ME	19.916,48	6,61
TOWER CONSTRUCAO CIVIL LTDA - EPP	19.017,74	6,31
RAC ENGENHARIA E COMERCIO LTDA	9.705,30	3,22
ELZA GODINHO MENDES	4.550,00	1,51
BITTENCOURT CLINICAS INTEGRADAS LTDA - EPP	2.010,89	0,67



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

GABINETE PROJETOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA 1.518,94 0,50
LTDA

Total	301.378,90	100,00
--------------	-------------------	---------------

Fonte: SIAFI, 2016.

Em relação aos três maiores fornecedores com saldo a pagar, apresentado na tabela 03, eles representam 81,18% do total a ser pago. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

(a) Fornecedor TATIANE WAGNER ARQUITETURA EIRELI - EPP: Contratação para execução dos projetos de prevenção de incêndio para as unidades do TRT 9ª Região, por meio do Pregão Eletrônico nº 61/2014;

(b) Fornecedor HEFER CONSTRUCOES CIVIS LTDA - ME: Serviços de adequações técnicas, manutenção e reformas em imóveis do TRT contratado por meio do Pregão Eletrônico nº 50/2011, 87/2011, 74/2012 e 93/2012; e

(c) Fornecedor MAX FACILITIES ELEVADORES LTDA - EPP: Serviço de instalação de plataforma elevatória na Vara do Trabalho de Wenceslau Braz contratado por meio do Pregão Eletrônico N° 64/2014.

Obrigações Contratuais

Em 31/12/2016, o TRT 9ª Região possuía um saldo de R\$ 7.918.702,81 relativo a obrigações contratuais relacionadas à parcelas de contratos que serão executadas nos próximos exercícios.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Obrigações Contratuais – Composição.

	31/12/2016	31/12/2015	AH (%)
Manutenção Predial	293.973,60	101.848,93	188,64%
Limpeza, Copa e Conservação	918.900,85	2.234.146,71	-58,87%
Auxiliares Operacionais	4.002.605,90	5.044.762,79	-20,66%
Vigilância Armada	1.246.767,77	1.802.210,45	-30,82%
Tecnologia da informação	870.537,03	4.689.521,80	-81,44%
Agenciamento de viagens	585.917,66	140.000,30	318,51%
Total	7.918.702,81	14.012.490,98	-43,49%

Fonte: SIAFI, 2015 e 2016.

As obrigações contratuais relacionadas com a contratação de serviços de auxiliares operacionais para atividades meio do TRT 9ª Região representam 50,54% do total das obrigações assumidas pelo Regional ao final de 31/12/2016.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se a unidade gestora contratante com os valores respectivos na data base de 31/12/2016.

Obrigações Contratuais.

	31/12/2016	AV (%)
Unidade Gestora 080012 - TRT 9ª Região	7.918.702,81	100,00



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

Total	7.918.702,81	100,00
--------------	---------------------	---------------

Fonte: SIAFI, 2016.

Na tabela apresentada a seguir, estão relacionados os 10 contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 31/12/2016.

Obrigações Contratuais – Por Contratado.

	31/12/2016	AV (%)
RECRUTARE ADMINISTRACAO E SERVICOS - EIRELI - ME	2.902.889,98	36,66
ORPAS ORGANIZACAO PARANAENSE DE SEGURANCA LTDA - ME	991.797,97	12,52
GRABIN OBRAS E SERVICOS URBANOS - EIRELI - EPP	918.900,85	11,60
CSP - CONSULTORIA & SISTEMAS LTDA.	870.537,03	10,99
AGENCIA AEROTUR LTDA - EPP	585.917,66	7,40
SISTEMARE SERVICOS ESPECIALIZADOS EIRELI - ME	479.257,87	6,05
PH RECURSOS HUMANOS EIRELI	381.736,84	4,82
LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	293.973,60	3,71
INGA VIGILANCIA LTDA - EPP	254.969,80	3,22
CITY SERVICE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA - ME	154.256,94	1,95
Demais	84.464,27	1,07
Total	7.918.702,81	100,00

Fonte: SIAFI, 2016.

Em relação aos contratados Recrutare Administração e Serviços - Eireli - ME, Orpas Organização Paranaense de Segurança Ltda - ME, Grabin Obras e Serviços Urbanos - Eireli - EPP e CSP - Consultoria & Sistemas Ltda, eles representam 71,78% do total a ser pago. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

(a) Contratado Recrutare Administração e Serviços - Eireli - ME: Contratação por meio do Processo nº 106/2015 de serviços terceirizados de recepção. Validade: 29/1/2020;

(b) Contratado Orpas Organização Paranaense de Segurança Ltda - ME: Contratação por meio do Pregão Eletrônico nº 105/2014 de serviços terceirizados de vigilância armada, com validade até 9/4/2020;

(c) Contratado Grabin Obras e Serviços Urbanos - Eireli - EPP: Contratação por meio do Pregão Eletrônico nº 072/2012 de serviços terceirizados de limpeza, jardinagem, conservação e copeiragem. Validade 22/4/2018;

(d) Contratado CSP - Consultoria & Sistemas Ltda: Contratação por meio do Pregão Eletrônico nº 085/2014 de serviços técnicos especializados na área de tecnologia da informação, sendo o contrato válido até 8/1/2020.

Provisões

Em 31/12/2016, o TRT 9ª Região apresentou um saldo de provisões no montante de R\$ 54.612.957,27, sendo R\$ 6.290.824,66 relativo a obrigações de curto prazo e R\$ 48.322.132,61 de longo prazo.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição das provisões, para os exercícios de 2016 e 2015.

Provisões – Composição.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

	31/12/2016	31/12/2015	AH (%)
Provisões a curto prazo	6.290.824,66	0,00	100,00
Provisões a longo prazo	48.322.132,61	0,00	100,00
Total	54.612.957,27	0,00	100,00

Fonte: SIAFI, 2015 e 2016.

Provisões de Curto Prazo

	31/12/2016	AV (%)
Unidade Gestora 080012 - TRT 9ª Região	6.290.824,66	100,00
Total	6.290.824,66	100,00

Fonte: SIAFI, 2016.

A Unidade Gestora 080012 - TRT 9ª Região é responsável por 100,00% do total de provisões a curto prazo.

Provisões de Curto Prazo – Composição.

	31/12/2016	31/12/2015	AH (%)
Provisão para Indenizações Trabalhistas	6.290.824,66	0,00	100,00
Total	6.290.824,66	0,00	100,00

Fonte: SIAFI, 2015 e 2016.

A provisão para indenizações trabalhistas corresponde à totalidade das provisões de curto prazo, e está detalhada na tabela a seguir.

Provisões para Riscos Fiscais a Curto Prazo – Composição.

	31/12/2016	31/12/2015	AH (%)
PAE 98-99 devida a magistrados ativos	4.347.825,04	0,00	100,00
PAE 98-99 encargos patronais	214.722,92	0,00	100,00
PAE 98-99 devida a magistrados inativos	1.266.667,30	0,00	100,00
PAE 98-99 devida a juízes classistas ativos	461.609,40	0,00	100,00
Total	6.290.824,66	0,00	100,00

Fonte: SIAFI, 2015 e 2016.

Provisões de Longo Prazo - TRT 9ª Região Unidade Gestora

	31/12/2016	AV (%)
Unidade Gestora 080012 - TRT 9ª Região	48.322.132,61	100,00
Total	48.322.132,61	100,00

Fonte: SIAFI, 2016.

A Unidade Gestora 080012 - TRT 9ª Região é responsável por 100,00% do total de provisões a longo prazo.

Provisões a Longo Prazo – Composição.

	31/12/2016	31/12/2015	AH (%)
Provisão para Indenizações Trabalhistas	48.322.132,61	0,00	100,00
Total	48.322.132,61	0,00	100,00

Fonte: SIAFI, 2015 e 2016.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

A provisão para indenizações trabalhistas corresponde à totalidade das provisões de longo prazo, e está detalhada na tabela a seguir.

Outras Provisões – Longo Prazo.

	31/12/2016	31/12/2015	AH (%)
VPNI servidores ativos	29.326.730,39	0,00	100,00
VPNI servidores inativos	15.994.117,36	0,00	100,00
VPNI encargos patronais	3.001.284,86	0,00	100,00
Total	48.322.132,61	0,00	100,00

Fonte: SIAFI, 2015 e 2016.

Em 2015, os passivos trabalhistas originados da incidência de juros de mora e correção monetária sobre a parcela autônoma de equivalência do período de janeiro de 1998 a setembro de 1999 e aqueles relativos à incorporação de quintos decorrentes do exercício de funções comissionadas no período compreendido entre a edição da Lei 9.624/1998 e a Medida Provisória 2.225-48/2001 eram registrados na conta de pessoal a pagar de curto e longo prazos, respectivamente.

Conforme orientação proferida na Mensagem CFIN/CSJT nº 36/2016, a partir de 2016, os citados passivos foram reclassificados e passaram a ser contabilizados como provisão, por se tratarem de passivos com exigibilidade suspensa por medida cautelar e com prazo incerto de quitação.

Reconhecimento da receita e despesa por competência

Esta UPC reconhece as receitas diretamente arrecadadas e as despesas pelo regime contábil de competência, para fins patrimoniais e de apuração de resultado, exceto no balanço orçamentário, que para fins de registro da receita e despesas foi aplicado o critério estipulado no inciso I e II, artigo 35 da Lei nº 4.320/64, ou seja, as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no exercício.

As receitas e despesas dependentes da execução orçamentária são aquelas que decorrem da execução da dotação dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social consignada ao Órgão na Lei Orçamentária Anual.

As receitas orçamentárias são registradas pelo regime de recolhimento, sendo reconhecidas e contabilizadas como ingressos orçamentários no momento em que a instituição financeira repassa os recursos à Conta Única da União, enquanto as despesas são registradas pelo regime de empenho, sendo reconhecidas e contabilizadas, ao longo do exercício, no momento da liquidação e, ao final do exercício, somando-se a inscrição dos restos a pagar não processados.

Restos a Pagar

As despesas empenhadas e não pagas até o dia 31 de dezembro do exercício são inscritas em restos a pagar, em atendimento aos artigos 35 e 36 da Lei nº 4.320/64, que as distingue em processadas e não processadas. No encerramento do exercício o procedimento de inscrição de despesas em Restos a Pagar Não Processados é precedido de depuração das despesas e anulação de empenhos, ou seja, verificam-se quais despesas devem ser inscritas em Restos a Pagar Não Processados, e os demais são anulados.

Desde 2012, conforme disposto no Decreto nº 7.654, de 23/12/2011, que alterou o art. 68 do Decreto nº 93.872, de 23/12/1986, a inscrição em Restos a Pagar Não Processados a Liquidar está



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

condicionada à indicação, dos empenhos, pelo Ordenador de Despesa da Unidade Gestora, ou pessoa por ele autorizada.

Também foi criada a rotina contábil de Restos a Pagar Não Processados em Liquidação, em cumprimento ao disposto no inciso II, § 4º, art. 119 da Lei nº 12.708/2012 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, à Lei 4.320/64 e em obediência aos Princípios de Contabilidade. A inscrição em Restos a Pagar Não Processados em Liquidação é destinada exclusivamente aos empenhos cujos fatos geradores tenham ocorrido, mas sua liquidação não pode ser efetuada por algum motivo.

O valor dos restos a pagar no final do ano é normalmente crescente porque ocorre a inscrição dos saldos de empenho a liquidar em restos a pagar não processados, e dos saldos dos empenhos liquidados e não pagos, em restos a pagar processados. Em contrapartida, o saldo diminui ao longo do exercício, à medida que os valores são pagos.

Provisão de férias e 13º salário

Em observância aos Princípios da Competência e Oportunidade, conforme Resolução CFC nº 1.111/2007, art. 85 da Lei nº 4.320/1964, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 5ª edição, Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBC T 16, o Tribunal Regional do Trabalho 9ª Região, desde o exercício de 2011, registrou mensalmente as Provisões para Férias e 13º Salário.

Classificação de bens permanentes

Em 2016 esta UPC manteve o critério de classificação de bens permanentes de pequeno valor econômico como material de consumo, tendo em vista a adoção do critério, por meio de Despacho da Direção-Geral nº 3582/2013, tendo como fundamento a racionalização dos processos administrativos e nos normativos Portaria TCU 88/2006, Ato TST.337/GDGSET.GP de 8/5/2008, atribuindo aos bens permanentes serem classificados como material de consumo àqueles considerados de *pequeno valor econômico, cujo custo seja igual ou inferior a 2% do limite fixado no inciso II do artigo 24 da Lei nº 8.666/93.*